

A constituição de uma autoridade na narração do passado. Entre a história e a memória: a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira.

Paulo César Gomes Bezerra *

Resumo: Esse trabalho analisa os embates entre a história e a memória na construção do conhecimento histórico através de um caso específico: a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira. Através da comparação entre obras e historiográficas e narrativas de cunho biográfico, o objetivo é discutir que tipo de discurso acaba de constituindo como autoridade na escrita de relatos sobre as experiências de um determinado grupo no passado.

Palavras-chave: Memória, Bispos Católicos, Ditadura Militar Brasileira.

Abstract: This paper analyzes the struggle between history and memory in the construction of the historical knowledge through a specific case: the performance of the catholic bishops in the Brazilian military dictatorship. Through the comparison between historical books and biographical narratives, our purpose is to examine the kind of discourse that emerges as an authority in the writing of the experiences of a specific group in the past.

Word-key: memory, catholic bishops, Brazilian military dictatorship.

Nesse trabalho a discussão está focada na seguinte questão: na escrita da história sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar quem são os antigos e quem são os modernos e, igualmente, quem se constitui como autoridade nessa batalha intelectual. Dessa maneira, é preciso que se esclareça o que se entende por autoridade nas disputas historiográficas do final do século XX.

Em sua tentativa de definir o conceito de autoridade, Pascal Payen lembra que a autoridade é constituída por uma rede de relações que ela mesma pode ajudar a constituir. (FOUCAULT, 2007: 8) E mais, a autoridade ganha sua legitimidade a partir reconhecimento de seus princípios por parte daqueles que a ela estão submetidos. A noção de autoridade está muito ligada ao poder, porém, não se confunde com esse pois jamais é exercida através da coerção ou da violência. Ela também é diferente da persuasão já que não implica uma relação de igualdade na troca de argumentos, isto é, para persuadir é necessário renunciar à hierarquia inerente à noção de autoridade. (FOUCAULT, 2007: 8)

Mas é com relação aos Antigos que Payen está preocupado: como esses homens tornaram-se clássicos transformando-se assim em figuras de autoridade? Toda a discussão

PPGHIS/UFRJ, mestrando, CAPES.

levantada pelo autor tem essa questão como eixo principal. Não cabe aqui reproduzir suas preocupações. Basta lembrar que, segundo ele, são duas as categorias que permitiram o reconhecimento perene dos Antigos como autoridade: a escrita e o tempo. O tempo torna-se critério de julgamento na medida em que está em constante negociação com a autoridade. Nesse sentido, o tempo moderno passa ser a autoridade por ter acumulado a sabedoria dos Antigos. Na lógica do progresso, o tempo dos Antigos simboliza a infância, a origem e, portanto, desloca a autoridade para os Modernos. Já a escrita produz autoridade por ser ela quem constitui materialmente a tradição ao fixar as listas de autoridade – cânones – e, assim, contribuir para o seu reconhecimento como tal. (FOUCAULT, 2007: 8)

O que se vê no final do século XX confirma a assertiva de Payen, isto é, são os Modernos que se constituem como autoridade. De acordo com o raciocínio de François Hartog, vive-se uma época de autoridade do tempo presente. (FOUCAULT, 2007: 8) A produção historiográfica atual não nega essa percepção, pelo contrário, tudo o que se produz está submetido ao primado do contemporâneo. Só uma época como a atual permite perceber que apesar de todas as tentativas dos historiadores de escapar do anacronismo, certamente o seu maior inimigo, o fato de as perguntas feitas ao passado serem elaboradas no presente faz com que a história seja, em última instância, uma disciplina inerentemente anacrônica. No regime de historicidade atual os Antigos não são mais uma referência obrigatória para a construção do conhecimento. A autoridade deriva daqueles que são definidos como modernos pelos próprios componentes do campo disciplinar, ou seja, os outros historiadores. Para ser mais exato, a autoridade está com aqueles que, a partir do julgamento de seus pares, estão mais aptos a alcançar um conhecimento “verdadeiro”, o que significa dizer que a verdade e, portanto, a autoridade são provenientes de um debate. Ainda que, no caso da história, essa verdade seja reconhecidamente frágil e suscetível de mudanças a cada nova pesquisa feita sobre determinado tema.

No caso desse trabalho o objetivo é discutir quem se tornou a autoridade da história da atuação dos bispos católicos na ditadura militar. Nesse embate há basicamente duas categorias envolvidas: a memória e a história, que se combinaram, em diferentes proporções, em tudo o que foi produzido até agora sobre essa temática. Dentre esses estudos estão predominantemente as biografias e as narrativas historiográficas. O que se pretende é analisar como a história e a memória aparecem nesses escritos, como se dão as disputas entre as duas e, finalmente, quem se constitui como autoridade no campo disciplinar.

Os estudos sobre a memória e suas relações com a história têm sido cada vez mais comuns no meio acadêmico, principalmente dentre os especialistas da história recente. Sabe-

se que tais estudos têm proporcionado grandes avanços para a historiografia contemporânea. Isso se deve, sobretudo, à importância conferida ao indivíduo e suas subjetividades nos processos históricos, em contraposição às perspectivas estruturais de análise que consideravam os homens como mero fruto de determinações externas.

Atualmente, não é mais possível analisar o passado sem considerar as articulações entre os condicionantes sociais e sua apreensão pelos indivíduos, o que se expressa através do *habitus* social. A chamada “guinada subjetiva” busca analisar as imbricações entre as ações individuais e os limites impostos pelas estruturas sociais. Trata-se de considerar as estratégias, as racionalidades e as negociações dos sujeitos dentro de suas redes de relações, ou seja, não há indivíduos autônomos e livres das constrições sociais. (CHARTIER, 2002: 10)

Esses são alguns dos pontos concernentes aos estudos de memória. Contudo, as relações entre memória e história guardam em si várias possibilidades. Na produção historiográfica a memória pode servir como recurso para a obtenção de dados sobre o passado. Por outro lado, a investigação histórica pode questionar memórias equivocadas, que não correspondem a experiências passadas. E, por último, a própria memória pode ser tomada como objeto de estudo. (JELIN, 2001: 63) Sem esquecer que a historiografia também pode funcionar como construtora de memórias.

As investigações sobre o passado, principalmente de acontecimentos recentes, sempre podem ser alvo de disputas de memória. A história acaba confrontando-se com a memória das pessoas que viveram diretamente os fatos, ou com versões que se estabeleceram como “verdade” e que podem dificultar a produção historiográfica. Isso não significa que a história seja a detentora inquestionável de um conhecimento objetivo sobre o passado. Os historiadores há muito abandonaram a pretensão de estabelecer um conhecimento neutro e imparcial sobre seus objetos de estudo. No entanto, cabe à história elaborar uma narrativa crítica sobre o passado, enfrentando os mitos construídos por todos os envolvidos nos eventos em questão. Para isso deve considerar não apenas as tradicionais fontes escritas, mas também as evidências fornecidas pelos relatos daqueles que viveram os fenômenos que desejam analisar. Mesmo porque não há como tratar as fontes, de qualquer tipo que elas sejam, sem considerar suas condições de produção.

De acordo com Elizabeth Jelin, vive-se atualmente uma explosão de memórias no mundo ocidental, o que permite falar da constituição de uma “cultura da memória”. (JELIN, 2001: 9) Assim, vêm à tona uma série de questões de ordem teórica que envolvem esta temática. As tradicionais teses de Maurice Halbwachs, (HALBWACHS, 1990) que defendeu a memória como uma entidade coletiva, vêm sofrendo uma série de críticas. A principal delas

refere-se à consideração do papel do indivíduo nos processos de memória e da formação de suas redes sociais, pois as memórias individuais estão sempre marcadas socialmente, embora de maneira não linear.

As novas perspectivas partem do princípio de que a memória é mais uma reconstrução do que propriamente uma recordação. A relação com a experiência vivida é um processo subjetivo e ativo que busca atualizar o passado através do relato, porém não é uma simples reprodução, mas uma interpretação. Há sempre a marca do presente ao se enunciar o passado, pois quem narra o faz no presente. Então, o relato também estabelece uma temporalidade própria que se atualiza a cada repetição, isto é, as experiências baseadas em determinados acontecimentos podem modificar-se com o passar do tempo. Ademais, tais experiências superpõem-se umas às outras e também incorporam as de outros que lhe foram transmitidas. Portanto, localizar temporalmente a memória significa fazer referência ao espaço de experiências no presente, e isso se faz através de operações lingüísticas, discursivas, subjetivas e sociais. (SARLO, 2007: 99) A relação entre a narrativa e o passado dá-se através da intermediação da linguagem e das convenções sociais que condicionam sua enunciação e não apenas retrata linear e diretamente o que aconteceu, ou o que se viveu.

Ao considerarmos o fortalecimento da chamada “guinada subjetiva” nos estudos históricos contemporâneos, não há como ignorar a multiplicação das biografias. É cada vez mais freqüente que os historiadores se dediquem a esse gênero. Eles contam com o apoio dos métodos da história oral, cada vez mais aprimorados em virtude do crescimento das pesquisas nessa área. Busca-se produzir narrativas de cunho biográfico sobre o passado, mas sem deixar de lado os problemas teóricos que essas envolvem. É para tais problemas que, de maneira breve, a discussão se voltará neste momento.

Não há dúvida de que na elaboração de uma biografia autorizada ou mesmo de um depoimento pessoal, o sujeito em questão visa estabelecer uma versão verdadeira e coerente para aquilo que viveu. Entretanto, sabe-se que pode haver invenções, fantasias ou mesmo apropriações de experiências vividas por terceiros. Todavia, independentemente da modalidade narrativa que se usa para relatar uma trajetória individual, há que se ficar atento para certas distorções que os escritos biográficos podem gerar, isto é, a chamada “ilusão biográfica”. (BOURDIEU, 1996: 74-82) As biografias tendem a tratar as trajetórias dos indivíduos de maneira linear e, por isso, dotadas *a priori* de um sentido e de uma significação.

No momento em que as experiências são vividas não há uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas. Na vida real, a cada decisão tomada várias outras opções foram deixadas de lado e isso precisa ficar

claro para o leitor. Ainda assim, não há uma racionalidade absoluta e nem sempre as decisões são tomadas de modo consciente. Portanto, as possibilidades são múltiplas, descontínuas e, muitas vezes, aleatórias, embora não infinitas já que os condicionantes sociais estão sempre atuando.

Após essas considerações, será feita a análise de como alguns bispos católicos tiveram construídas as narrativas de sua atuação na ditadura militar através de suas biografias. Considerando os limites desse trabalho, foram selecionados dois bispos – dom Hélder Câmara e dom Pedro Casaldáliga – e essa escolha foi feita em virtude de eles terem biografias publicadas, além do fato de terem sido alguns dos membros do episcopado mais perseguidos pelo regime militar.

Para tratar de dom Hélder Câmara será utilizada uma biografia escrita por um filósofo e um cientista social. (PILETI; PRAXEDES, 1997) Já dom Pedro Casaldáliga será tratado através de uma biografia escrita por um jornalista. (ESCRIBANO, 2000)

Dom Hélder Câmara nasceu em 1909 em Fortaleza e foi ordenado bispo-auxiliar no Rio de Janeiro em 1952. A partir desse ano teve um papel de grande importância nas articulações que levaram à criação da CNBB, da qual foi um dos fundadores e primeiro secretário-geral. Em 1964, foi transferido para o cargo de arcebispo de Olinda e Recife, onde ficaria até o final de sua vida. Foi nesse período que dom Hélder projetou-se como um dos grandes líderes na luta pelos direitos humanos no mundo. Ele ficaria marcado pelos projetos sociais implementados em sua diocese, no entanto, seu papel de maior relevância foi como divulgador da existência de tortura no Brasil. Ele realizou verdadeiras cruzadas ao redor do mundo pronunciando-se contra as arbitrariedades do governo brasileiro e teve a imprensa internacional como uma de suas maiores aliadas. Talvez por esse motivo sofreu uma perseguição muito acirrada dos militares, uma vez que aqueles sempre se mostraram muito ciosos da imagem externa do Brasil.

Seus biógrafos não concederam destaque a nenhum período em especial de sua trajetória, contrariamente, tentaram tratar de todas as etapas de sua vida de maneira equilibrada. Dedicam inclusive longas páginas à fase em que fez parte do movimento Integralista. Fica bastante claro que o principal tema que o motivava nos anos de repressão, além da preocupação com os pobres, era divulgar internacionalmente os maus tratos aos direitos humanos no Brasil. Os autores constroem a narrativa de forma a deixar um pouco mais claro que as posições assumidas pelo biografado não foram conseqüências inevitáveis de sua personalidade, mas foram frutos de incertezas e escolhas dentre opções que se apresentavam como possíveis. Ainda assim, não conseguem escapar do tom laudatório, além

de enfatizarem sobretudo o caráter progressista do religioso. É compreensível que como biógrafos o objetivo seja perpetuar uma imagem positiva do bispo, todavia não é possível deixar de lado questões que estão muito presentes quando se trata de uma figura religiosa. Deve-se lembrar que um bispo faz parte uma instituição altamente hierárquica e, assim, marcada por poderosos regulamentos disciplinares. Obviamente, o religioso tinha liberdade de ação, mas é necessário estar atento para os seus limites, especialmente por se tratar de uma instituição como a Igreja que se perpetua no mundo há tantos séculos agindo no plano temporal com objetivo de obter a hegemonia do campo do transcendente.

O outro bispo a ser tratado é dom Pedro Casaldàliga, catalão que ocupou por mais de trinta anos a direção da diocese de São Félix do Araguaia em Mato Grosso. Foi um dos membros do episcopado que mais incomodou os militares, uma vez que se envolveu diretamente na defesa de índios e posseiros opondo-se aos latifundiários da região. Por este motivo, foi alvo de várias tentativas de expulsão do território nacional, além de ter sofrido uma tentativa de assassinato, que acabou por vitimar, por engano, o padre João Bosco Burnier.

A sua biografia é bastante curta e, portanto, não muito abrangente. Logo de início é possível perceber a intenção de enaltecer a figura de dom Pedro. O autor escreve em estilo bastante informal e deixa bem clara sua aproximação com o bispo. Outra característica que pode ser lembrada é o fato de sua maior parte ser dedicada aos anos em que atuou no Brasil e que coincidiram com a ditadura militar.

Dom Pedro é aquele que mais se aproxima do que se convencionou chamar de “bispo progressista”. Ele tinha fortes posicionamentos esquerdistas e foi bem mais próximo da Teologia da Libertação que outros bispos tidos como “progressistas” como, por exemplo, dom Hélder Câmara. Não apenas isso, colocou publicamente sua aproximação com o marxismo, assumindo que “evidentemente, utilizamos categorias marxistas e, graças a Marx, temos entendido melhor o capitalismo”. (ESCRIBANO, 2000: 33) Ele foi um dos poucos que criticou abertamente a propriedade privada denunciando seus malefícios.

Todavia, suas posturas com relação a questões comportamentais eram fortemente conservadoras, pois mesmo reconhecendo a importância de determinadas bandeiras como lutas pelos direitos da mulher e dos homossexuais, por exemplo, julga que tais assuntos terminam por desviar o foco de assuntos de maior importância como a pobreza. Tal posicionamento, no entanto, embora assumido publicamente pelo bispo, não é veiculado em sua biografia.

Os autores que trataram da atuação da Igreja Católica e dos seus bispos na ditadura militar adotaram, basicamente, duas perspectivas distintas de análise. Há aqueles que defendem que as transformações ocorridas na Igreja em meados do século XX, e que foram reforçadas no regime militar, deveram-se a motivos institucionais. (BRUNEAU, 1974) Teria sido a ameaça da diminuição da influência católica, em razão do crescimento do protestantismo, das religiões afro-brasileiras e do ateísmo, a causa dos bispos repensarem o seu papel na sociedade brasileira. Segundo estes, o interesse da instituição em sua autopreservação fez com que suas preocupações mundanas sobressaíssem às questões religiosas. O enfoque da Igreja seria a defesa de sua unidade, a sua situação financeira, a sua posição em relação ao Estado e a necessidade de expansão de sua influência.

Outros autores adotaram uma perspectiva de cunho marxista e, de maneira geral, defendem que a religião é um elemento de dominação de classe, e a Igreja, um aparelho ideológico do Estado, isto é, não teria autonomia frente à luta de classes. (LIMA, 1979) Não que eles neguem que determinados grupos da Igreja, como é o caso dos bispos ditos “progressistas”, desempenharam um papel relevante nas transformações vividas pela instituição, contudo, sustentam que enfatizar esse aspecto impede a percepção do “processo global de articulação e ascensão das lutas das classes dominadas na sociedade brasileira.” (LIMA, 1979: 31)

O brasilianista Scott Mainwaring discorda tanto das abordagens que privilegiam a perspectiva institucional, como daquelas que veem as ações do episcopado como fruto dos conflitos de classe. As primeiras realçariam os motivos organizacionais, subestimando as questões vigentes na sociedade; as outras sobrevalorizariam os conflitos sociais, sem dar a devida atenção às especificidades da Igreja. Para resolver esse dilema, o autor propõe a noção de “modelos de Igreja”, segundo a qual, não haveria entre os bispos apenas uma maneira de ver suas ações na sociedade ou suas relações com o Estado. Isso significa que cada grupo desenvolveria uma concepção diferente sobre os interesses da instituição, desde que estivesse de acordo com as determinações da Igreja universal. As várias tendências existentes no episcopado disputariam a imposição de seus projetos sem, no entanto, desobedecer a sua subordinação à hierarquia.

O que se observa é que todos os textos trabalhados até aqui, independentemente das opções teóricas adotadas por seus autores, têm em comum a ênfase na oposição entre a Igreja e o Estado na ditadura militar. É inegável que a historiografia até a década de 90 ficou marcada por sua simpatia pela “Igreja popular” e pelo processo de radicalização de alguns de seus membros. O foco nas divergências não apenas entre a instituição e os militares, mas

também entre os bispos progressistas e os conservadores, é, certamente, a sua principal característica. Assim, tem-se um exemplo de que como a historiografia pode reforçar visões parciais e valorizadoras *a priori* de apenas um lado da história, no caso em questão, a chamada “Igreja dos pobres”. Isso se expressa, por exemplo, na categoria “bispos progressistas”, uma construção retórica pré-figurada muita pautada por certa memória de esquerda e que é reforçada por essa historiografia.

Apenas nos últimos anos do século XX, pode-se observar o surgimento de novas perspectivas analíticas. Talvez o melhor exemplo seja o livro *Diálogos na sombra* do brasilianista Kenneth Serbin. Fundamentado em larga base empírica o autor descobriu a existência da Comissão Bipartite que era um fórum secreto de debates entre representantes da Igreja e do Estado. Essa novidade desmontou a versão que propagava o rompimento entre as duas instituições na década de 70, ressaltando as sucessivas tentativas de preservar a “concordata moral” que as unia. Muitas de suas constatações inovadoras devem-se, além das fontes oficiais, à consideração das trajetórias e relatos dos bispos afora seus posicionamentos públicos diante do regime. Isto o levou a revisar certos estereótipos estabelecidos como, por exemplo, a estrita divisão do episcopado entre progressistas e conservadores, com algumas gradações fixas entre esses dois extremos. Ele apresentou o dinamismo das relações dos bispos com o Estado, com Roma e mesmo entre si: se havia questões que provocavam desacordo entre os três, em muitos pontos o consenso era quase absoluto.

Certamente, a abertura de arquivos sigilosos da ditadura militar tem possibilitado aos profissionais a produção de análises críticas à valorização de certas mitologias construídas pelas esquerdas como é o caso da propalada ruptura entre a Igreja e o Estado naqueles anos. Ao mesmo tempo, permitem desvendar as estratégias usadas pelo aparato repressivo para não apenas perseguir seus inimigos, mas também para construí-los discursivamente. Contudo, essa discussão não cabe nos limites deste trabalho.

A intenção da discussão feita até momento foi mostrar de que maneira a história e a memória se combinaram na construção de narrativas sobre as atividades de um grupo do episcopado católico na ditadura militar. Sabe-se que as relações entre a memória e a história não se dão de forma unívoca. Se a memória está legitimada como uma rica fonte para a história, pois já não se pode menosprezar a importância da experiência dos indivíduos para construir narrativas sobre o passado, é preciso permanecer em alerta para os possíveis problemas que o uso do documento oral pode acarretar.

Isso não significa que a história tenha o papel de construir uma narrativa objetiva e definitiva sobre o passado, utopia que já não faz mais parte das pretensões dos historiadores.

O objetivo, sem dúvida muito difícil de ser alcançado, é construir um relato menos apaixonado e que enfrente os mitos construídos por todos os atores envolvidos nos processos históricos. A função das fontes é justamente essa: auxiliar a construção de uma verdade histórica, pois se não contêm exatamente o que devemos dizer, impede-nos de “fazer afirmações que não poderíamos fazer [...]”. Elas nos proíbem de arriscar ou de admitir interpretações as quais, sob a perspectiva da investigação de fontes, podem ser consideradas simplesmente falsas ou inadmissíveis”. (KOSELLECK, 2006: 188)

Na constituição de uma autoridade na narrativa do passado, não há dúvida de que é a história sai vitoriosa. Ainda assim, a disciplina histórica triunfante não prescinde da memória em sua constituição, no entanto, usa-a como ferramenta e não como um dos seus eixos centrais. Por outro lado, é preciso esclarecer que não é qualquer tipo de história aquela que se constitui como autoridade, pelo contrário, é uma determinada modalidade de história. Para ser mais específico, aquela história que usa a memória como um instrumento, coteja-a com diversos outros tipos de fontes, leva em consideração as questões de ordem ética e busca alcançar um conhecimento historicamente “verdadeiro”.

Como se tentou demonstrar, os textos produzidos sobre a atuação dos bispos foram inicialmente muito marcados pela memória de grupos de esquerda. A questão de atribuir o caráter de progressistas a determinados bispos que se opuseram aos arbítrios da repressão é um exemplo dessa observação. Não se quer com isso diminuir a importância que esses religiosos tiveram na resistência à ditadura militar ao lutarem pela justiça social e pela proteção aos direitos humanos. A CNBB e seus bispos tiveram um papel fundamental naqueles anos, pois constituíam um dos poucos grupos que podiam lutar com alguma liberdade contra o regime. Eles se apoiavam na relação histórica entre a Igreja e o Estado e no suposto privilégio que daí poderia advir e com qual outros setores sociais não contavam. Ainda assim foram bastante perseguidos por todas as esferas do aparato repressivo. O que se propõe é a necessidade de se matizar o que se chama de progressismo dos bispos, não simplesmente os encaixando em uma categoria estática e que não apreende o dinamismo social e as trajetórias particulares de cada um deles.

Reforçar o papel da história como autoridade no relato do passado torna-se ainda mais importante quando se considera que, no caso da ditadura militar brasileira, tendeu-se a recordar os traumas e o sofrimento das vítimas e esqueceu-se outras questões que estavam presentes na vida dos personagens que atuaram naquele período. Sabe-se, por exemplo, que a valorização da democracia não foi uniforme naqueles anos e mesmo as esquerdas só passaram a ter mais apego aos valores democráticos em meados da década de 70. (REIS, 2000) No

entanto, esses matizes não aparecem na memória construída por esse período, o que se reflete no tratamento do tema em discussão nesse trabalho. As relações da sociedade com o regime foram muito idealizadas, isto é, lembra-se desse passado como se a sociedade brasileira em peso tivesse se oposto ao regime durante os 21 anos de sua existência, o que não corresponde à realidade.

Certamente com a redemocratização abriram-se infindáveis possibilidades de pesquisa. Não apenas pela liberação de acervos sigilosos da repressão, o que é um fator de extrema importância, mas também por tornar possível a expressão de relatos que estavam silenciados, abrindo-se espaço para a contraposição de memórias.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BRUNEAU, T. *O catolicismo Brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- ESCRIBANO, Francesc. *Descalço sobre a terra vermelha*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- FOUCAULT, Didier; PAYEN, Pascal. *Les autorités*. Grenoble: Jérôme Millon, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LIMA, Luiz S. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PILETI, N.; PRAXEDES, W. *Dom Hélder Câmara*. Ática: São Paulo, 1997.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar: esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Belo Horizonte: UFRJ, 2007.